

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Índice

Relatório do Auditor Independente.....	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa- Método indireto	8
1 Contexto operacional	9
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	10
3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis	15
4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	17
5 Contas a receber de clientes.....	18
6 Tributos a recuperar	19
7 Sociedades relacionadas	19
8 Imposto de renda e contribuição social.....	20
9 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	22
10 Imobilizado	25
11 Fornecedores Nacionais	26
12 Debêntures e instrumentos financeiros de proteção	26
13 Obrigações tributárias	28
14 Patrimônio líquido.....	28
15 Receita líquida de serviços prestados	29
16 Resultado por natureza	29
17 Resultado financeiro.....	29
18 Riscos e instrumentos financeiros	30

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”) emitidas pelo “international Accounting Standard Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 31 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Guilherme Jorge Dagli Junior

Contador

CRC nº 1 223225/O-0

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos				Passivos			
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	27.040	14.207	Fornecedores nacionais	11	4.207	5.402
Aplicações Financeiras	4.b	47.751	100.051	Debêntures	12	3.589	3.406
Contas a Receber	5	1.824	129	Salários e encargos sociais	-	640	103
Estoques	-	272	112	Obrigações tributárias	13	839	491
Tributos a recuperar	6	6.556	12.122	Arrendamentos a pagar	9.b	28.286	23.944
Despesas Antecipadas	-	1.532	52	Demais contas a pagar		1.377	-
Demais contas a receber	-	680	7				
				Total dos passivos circulantes		38.938	33.346
Total dos ativos circulantes		85.655	126.680				
Não circulantes				Não circulante			
Tributos a recuperar	6	7.299	-	Instrumentos financeiros derivativos de proteção	12	19.697	17.658
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	28.032	14.973	Debêntures	12	372.649	360.120
Despesas antecipadas	6	601	-	Arrendamentos a pagar	9.b	72.493	91.104
				Demais contas a pagar	-	910	-
		35.932	14.973	Total dos passivos não circulantes		465.749	468.882
Ativos de direito de uso	9.a	167.857	163.640	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	257.731	264.612	Capital social	14	98.258	98.258
Intangível	-	1.513	1.716	Prejuízos acumulados	-	(54.259)	(28.861)
Total dos ativos não circulantes		463.033	444.941	Ajustes de avaliação patrimonial	-	2	(4)
				Total do patrimônio líquido		44.001	69.393
Total dos ativos		548.688	571.621	Total dos passivos e do patrimônio líquido		548.688	571.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de serviços	15	54.029	-
Custos dos serviços prestados	16	<u>(37.071)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		16.958	-
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	16	(29)	-
Gerais e administrativas	16	(3.349)	(4.381)
Outros resultados operacionais	16	<u>312</u>	<u>(34)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		13.892	(4.415)
Receitas financeiras	17	9.087	6.021
Despesas financeiras	17	<u>(61.436)</u>	<u>(37.160)</u>
Resultado financeiro líquido	17	<u>(52.349)</u>	<u>(31.139)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(38.457)	(35.554)
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	8.a	<u>13.059</u>	<u>12.088</u>
		13.059	12.088
Prejuízo do exercício		<u><u>(25.398)</u></u>	<u><u>(23.466)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(25.398)	(23.466)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquidos de imposto de renda e contribuição social	6	1
Resultado abrangente do exercício	<u>(25.392)</u>	<u>(23.465)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	98.258	(4)	(28.861)	69.393
Prejuízo do exercício	-	-	(25.398)	(25.398)
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	6	-	6
Resultado abrangente do exercício	-	6	(25.398)	(25.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	98.258	2	(54.259)	44.001

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	98.258	(5)	(5.395)	92.858
Prejuízo do exercício	-	-	(23.466)	(23.466)
Outros resultados abrangentes:				
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	-	1	-	1
Resultado abrangente do exercício	-	1	(23.466)	(23.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	98.258	(4)	(28.861)	69.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultracargo Vila do Conde Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(25.398)	(23.466)
Ajustes para reconciliar prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		13.550	1.157
Amortização de ativos de direito de uso	9	7.561	589
Juros e variações monetárias		51.795	33.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(13.059)	(12.088)
Demais ajustes		1.062	(3)
		<u>35.511</u>	<u>(750)</u>
(Aumento) diminuição nos ativos			
Contas a receber de clientes	5	(1.695)	(129)
Tributos a recuperar	6	(1.733)	(8.986)
Demais contas a receber		(673)	(7)
Estoques		(160)	(112)
Despesas Antecipadas		(2.081)	(52)
Aumento (diminuição) nos passivos			
Fornecedores nacionais	11	(1.195)	(2.268)
Salários e encargos sociais		537	35
Obrigações tributárias	13	348	(70)
Demais contas a pagar		2.287	-
		<u>31.146</u>	<u>(12.339)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras, líquidas de resgates		60.209	(91.619)
Aquisição de imobilizado		(6.418)	(180.759)
Aquisição de intangível		(47)	(1.714)
		<u>53.744</u>	<u>(274.092)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos			
Captação	12	-	351.833
Juros e derivativos pagos		(39.300)	(7.392)
Pagamentos de arrendamentos			
Principal	9	(32.245)	(29.108)
Juros	9	(512)	(479)
Sociedades relacionadas	7	-	(35.000)
		<u>(72.057)</u>	<u>279.854</u>
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos			
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa			
		12.833	(6.577)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
	4	14.207	20.784
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
	4	27.040	14.207
Transações sem efeito caixa:			
Adições em ativos de direito de uso	9	11.788	10.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1 Contexto operacional

A Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A. (“Sociedade”) está situada no Brasil, com sede na Rodovia PA 481, KM 2.3, Porto de Vila do Conde, na cidade de Barcarena, Estado do Pará e tem como atividade preponderante as operações de movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis.

A Sociedade opera no Porto de Vila do Conde no Estado do Pará, com capacidade instalada totalizando 110.000 m³ em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Sociedade faz parte dos terminais da Ultracargo Logística S.A., em conjunto com os terminais de Aratu no Estado da Bahia, do Complexo Industrial Portuário de Suape no Estado de Pernambuco, do terminal de Santos no Estado de São Paulo, do terminal do Estado do Rio de Janeiro, bem como do terminal de Itaqui no Estado do Maranhão.

O controlador final da Sociedade é a Ultrapar Participações S.A., sociedade de capital aberto localizada no Brasil com ações negociadas na “B3” (Bolsa de Valores do Brasil) e NYSE (Bolsa de valores de Nova Iorque).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Sociedade em 27 de março de 2023.

a. Principais eventos ocorridos no exercício

a.1 Esclarecimentos sobre os impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022 teve início uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia levou e pode levar a perturbações do mercado e uma volatilidade significativa nos preços das commodities, incluindo o petróleo bruto, o que pode afetar os preços dos combustíveis à base de petróleo e a demanda nos mercados em que atuamos. Além disso, os governos dos Estados Unidos e de outros países impuseram sanções econômicas à Rússia, incluindo políticas, entidades corporativas e bancárias. Essas sanções, ou mesmo a ameaça de novas sanções, podem fazer com que a Rússia tome contramedidas ou ações de retaliação que podem levar a mais perturbações do mercado.

Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira global poderia ter um impacto negativo em nossa capacidade de obter empréstimos futuros. As interrupções nos mercados financeiros também poderiam levar a uma redução no crédito comercial disponível devido a preocupações de liquidez das contrapartes. Se experimentarmos uma diminuição na demanda por nossos serviços ou um aumento na inadimplência em nossas contas a receber, ou se não conseguirmos obter empréstimos, nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das operações poderão ser adversamente afetados.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard* “IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receitas

As receitas de serviços prestados decorrentes de contratos com clientes, são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Sociedade receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos.

A Sociedade reconhece a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade espera ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. A Sociedade não possui obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possui componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada.

Na Sociedade, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais sendo elas, definidas pela parcela fixa cuja a contraprestação é linear e a parcela variável decorrente da movimentação realizada pelo cliente. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 15.

A Sociedade em 2021 esteve em fase pré-operacional até o mês de novembro, entrando em operação efetiva no mês de dezembro, não possuindo receita de prestação de serviços no exercício de 2021.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas substancialmente como mensuradas ao custo amortizado.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros da Sociedade, vide nota explicativa nº 18.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual a Sociedade espera ter direito (vide notas explicativas nº 5.a). As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características. O montante da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculado pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 9). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida com contrapartida no ativo de direito de uso. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade não possui a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade revisa periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável.

A Sociedade aplica os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 10).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

g. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

h. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, demais contas a pagar e arrendamentos a pagar. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

i. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 8.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

j. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

k. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.h, 4 e 17), determinação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.i e 8.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.e e 9) e vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.f e 10). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

l. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não possui registro de redução ao valor recuperável de ativos.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

m. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade apresenta os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos, e apresenta as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates na atividade de investimento.

3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Sociedade na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes.

A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as seguintes novas normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados.

a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir.

a.1 Políticas contábeis adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações ao CPC emitidas pelo CFC vigentes em 1º de janeiro de 2022 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022:

- **CPC 15 (R1) Combinação de Negócios – Referência à estrutura conceitual** - As alterações atualizam as referências da estrutura da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Elas também incluem no CPC 15 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25, o comprador realiza a adoção para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 21 – Tributos, o comprador realiza a adoção para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.
- **CPC 27 Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido** - As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração, devendo esses custos serem reconhecidos no resultado.
- **CPC 25 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes – Contratos onerosos** - As alterações especificam que o custo de cumprimento do contrato compreende os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018 – 2020 - alterações incluídas no ciclo de melhoria anual que abrangem as normas a seguir:

- **CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos (data de vigência não aplicável):** a alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração ao CPC 06 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.
- **CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** a alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

a.2 Políticas contábeis não adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações aos CPCs emitidas pelo CFC não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras futuras.

- **CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture -** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial.
- **CPC 50 - Contratos de Seguro -** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro.
- **CPC 26 (R1) – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes -** As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
- **CPC 26 (R1) e expediente prático 2 do CPC – Divulgação de Políticas Contábeis -** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- **CPC 23 – Definição de Estimativas Contábeis** - As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.
- **CPC 32 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável** - As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial, não sendo aplicável a isenção para transações em que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, observados os critérios de recuperabilidade e a aplicação das alterações a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. São citados como exemplos: ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras.

A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Sociedade está apresentada na nota explicativa nº 18.i.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Sociedade estão apresentados conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	192	982
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa		
Em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	26.848	13.225
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>27.040</u>	<u>14.207</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Sociedade, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional		
Títulos e fundos de renda fixa	47.751	100.051
Total de aplicações financeiras	<u>47.751</u>	<u>100.051</u>
Circulante	47.751	100.051

5 Contas a receber de clientes

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes nacionais	1.658	-
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 7)	166	129
	<u>1.824</u>	<u>129</u>
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
Total	<u>1.824</u>	<u>129</u>
Circulante	1.824	129

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60	61 a 90	91 a 180	> 180
31/12/2022	1.824	866	958	-	-	-	-
31/12/2021	129	129	-	-	-	-	-

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

6 Tributos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, do IRPJ e da CSLL.

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS (1)	3.442	5.454
IRPJ e CSLL (2)	10.413	6.668
Total	<u>13.855</u>	<u>12.122</u>
Circulante	6.556	12.122
Não circulante	7.299	-

(1) O saldo refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R\$ 3.442 (R\$ 5.454 em 31 de dezembro de 2021), cuja realização ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos.

(2) Trata-se de IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade, decorrentes das antecipações realizadas a maior, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 2 anos.

7 Sociedades relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Operações comerciais		Transações	
	Contas			
	a			
	Receber	Fornecedores	Receita	Despesas
Ultracargo Logística S.A.	-	2	-	-
Tropical Transportes Ltda	-	-	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	166	-	31.127	-
Total em 31 de dezembro de 2022	<u>166</u>	<u>2</u>	<u>31.127</u>	<u>-</u>

	Operações comerciais		Transações	
	Contas			
	a			
	Receber	Fornecedores	Receita	Despesas
Ultracargo Logística S.A.	129	1.049	-	687
Tropical Transportes Ltda	-	95	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021	<u>129</u>	<u>1.144</u>	<u>-</u>	<u>687</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

b. Pessoal-chave da administração

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, incluindo salário e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração de curto prazo	5.124	3.598
Remuneração em ações	3.095	1.511
Benefício pós-emprego	<u>513</u>	<u>299</u>
Total	<u><u>8.732</u></u>	<u><u>5.408</u></u>

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de adições temporárias e prejuízos fiscais. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Operações de arrendamento mercantil	12.637	8.908
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL a compensar	22.313	9.861
Provisões	<u>610</u>	<u>168</u>
Total	<u><u>35.560</u></u>	<u><u>18.937</u></u>
Compensações de saldos passivos	<u>(7.528)</u>	<u>(3.964)</u>
Saldos líquidos apresentados no ativo	<u><u>28.032</u></u>	<u><u>14.973</u></u>
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para diferenças caixa vs. competência	<u>7.528</u>	<u>3.964</u>
Total	<u><u>7.528</u></u>	<u><u>3.964</u></u>
Compensações de saldos ativos	<u>(7.528)</u>	<u>(3.964)</u>
Saldos líquidos apresentados no passivo	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	14.973	2.885
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	13.059	12.088
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados	-	-
Saldo final	<u>28.032</u>	<u>14.973</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	610	899
De 1 a 2 anos	447	2.059
De 2 a 3 anos	3.043	3.184
De 3 a 5 anos	6.984	5.248
De 5 a 7 anos	11.779	605
De 7 a 10 anos	12.697	6.942
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>35.560</u>	<u>18.937</u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis do plano da Sociedade, que indica tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, entre outros. O saldo de R\$ 35.560 foi suportado pelas projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos.

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes da tributação	(38.457)	(35.554)
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>13.075</u>	<u>12.088</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva: Despesas indedutíveis	(16)	-
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>13.059</u>	<u>12.088</u>
Diferidos	13.059	12.088

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

c. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações anuais são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar	22.313	9.861

9 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade possui contratos de arrendamento de áreas portuárias.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Áreas portuárias (*)	24	176.164	11.544	-	-	-	187.708
Veículos	3	-	234	(7)	-	-	227
		<u>176.164</u>	<u>11.778</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>187.935</u>
Amortização Acumulada							
Áreas portuárias (*)		(12.524)	-	-	-	(7.504)	(20.028)
Veículos		-	-	7	-	(57)	(50)
		<u>(12.524)</u>	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>(7.561)</u>	<u>(20.078)</u>
Custo Líquido		<u>163.640</u>	<u>11.778</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.561)</u>	<u>167.857</u>
	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Transferências (i)	Amortizações	Saldo em 31/12/2021	
Custo:							
Áreas portuárias (*)	24	166.128	10.036	-	-	176.164	
Amortização Acumulada							
Áreas portuárias (*)		(5.587)	-	(6.348)	(589)	(12.524)	
Custo Líquido		<u>160.541</u>	<u>10.036</u>	<u>(6.348)</u>	<u>(589)</u>	<u>163.640</u>	

(i) Refere-se à amortização do direito de uso a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, sendo iniciada sua operação no mês de dezembro de 2021.

(*) Referem-se às outorgas de concessões portuárias.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	115.048	127.071
Adições e remensurações	11.792	10.036
Apropriação de juros	6.696	7.528
Pagamento de contraprestação de arrendamentos (incluindo juros)	(32.757)	(29.587)
Saldo final	<u>100.779</u>	<u>115.048</u>
Circulante	28.286	23.944
Não Circulante	72.493	91.104

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, estão apresentadas abaixo:

	31/12/202	31/12/2021
Até 1 ano	32.794	29.587
De 1 a 2 anos	33.345	29.587
De 2 a 3 anos	33.402	30.142
De 3 a 4 anos	1.064	30.260
De 4 a 5 anos	1.074	1.032
Mais de 5 anos	21.522	22.007
	<u>123.201</u>	<u>142.615</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 a 5 anos	11,38%
6 a 10 anos	-
11 a 15 anos	10,34%
mais de 15 anos	9,23%

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

c. Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)

	31/12/2022
Ativo de direito de uso, líquido	
Base nominal	167.857
Base inflacionada	168.161
	<u>0%</u>
Passivo de arrendamento	
Base nominal	100.779
Base inflacionada	105.301
	<u>4%</u>
Despesa financeira	
Base nominal	6.696
Base inflacionada	7.219
	<u>8%</u>
Despesa de amortização	
Base nominal	7.561
Base inflacionada	7.758
	<u>3%</u>

Os possíveis créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar
Fluxo de caixa a valor presente	9.322
Fluxo de caixa nominal	<u>11.396</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

10 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Custo:						
Adiantamentos fornecedores	-	1.749	-	-	-	1.749
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23	67.182	171	-	-	67.353
Máquinas e equipamentos	19	196.148	-	-	-	196.148
Móveis e utensílios	10	186	15	-	-	201
Obras em andamento	-	109	6.108	-	-	6.217
Equipamentos de informática	5	389	124	-	-	513
		<u>265.763</u>	<u>6.418</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.181</u>
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(241)	-	(2.890)	-	(3.131)
Máquinas e equipamentos		(866)	-	(10.312)	-	(11.178)
Móveis e utensílios		(2)	-	(19)	-	(21)
Equipamentos de informática		(42)	-	(78)	-	(120)
		<u>(1.151)</u>	<u>-</u>	<u>(13.299)</u>	<u>-</u>	<u>(14.450)</u>
Custo Líquido		<u>264.612</u>	<u>6.418</u>	<u>(13.299)</u>	<u>-</u>	<u>257.731</u>
	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Saldo em 31/12/2021
Custo:						
Adiantamentos fornecedores	-	9.513	564	-	(8.328)	1.749
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23	-	-	-	67.182	67.182
Máquinas e equipamentos	19	7	64	-	196.077	196.148
Móveis e utensílios	10	9	177	-	-	186
Obras em andamento	-	66.243	182.454	-	(248.588)	109
Equipamentos de informática	5	102	282	-	5	389
		<u>75.874</u>	<u>183.541</u>	<u>-</u>	<u>6.348</u>	<u>265.763</u>
Depreciação acumulada:						
Benfeitorias em imóveis de terceiros		-	-	(241)	-	(241)
Máquinas e equipamentos		-	-	(866)	-	(866)
Móveis e utensílios		-	-	(2)	-	(2)
Equipamentos de informática		(5)	-	(37)	-	(42)
		<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(1.146)</u>	<u>-</u>	<u>(1.151)</u>
Custo Líquido		<u>75.869</u>	<u>183.541</u>	<u>(1.146)</u>	<u>6.348</u>	<u>264.612</u>

(i) Refere-se à amortização do direito de uso a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, sendo iniciada sua operação no mês de dezembro de 2021.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

11 Fornecedores Nacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	4.205	4.258
Partes relacionadas (vide nota explicativa nº 7)	2	1.144
	<u>4.207</u>	<u>5.402</u>

12 Debêntures e instrumentos financeiros de proteção

a. Composição

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				em 31/12/2022 – % a.a.	
Moeda nacional:					
Debêntures – 1ª emissão (b)	<u>376.238</u>	<u>363.526</u>	R\$	4,04%	2028
Total moeda nacional	<u>376.238</u>	<u>363.526</u>			
Resultado de instrumentos derivativos	<u>19.697</u>	<u>17.658</u>			
Total moeda nacional	<u>395.935</u>	<u>381.184</u>			
Circulante	3.589	3.406			
Não Circulante	392.346	377.778			

A movimentação dos financiamentos é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>
Captações	351.833
Apropriação de juros	12.866
Pagamento de juros	(7.392)
Variação monetária	30.289
Variação de valor justo	(24.070)
Variação resultado Hedges	17.658
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>381.184</u>
Apropriação de juros	17.463
Pagamento de juros	(16.117)
Variação monetária	21.838
Variação de valor justo	(10.472)
Variação do resultado dos instrumentos derivativos	2.039
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>395.935</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	<u>392.346</u>	<u>377.778</u>
	<u>392.346</u>	<u>377.778</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

b. Debêntures

Em março de 2021 a Sociedade efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 360.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,04%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Sociedade designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

A Sociedade cumpre com os covenants requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas conduzirem seus negócios até o momento.

c. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor dos financiamentos contratados e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2021	Custos de transação	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	0,3	7.258	-	(1.156)	6.102
Total		<u>7.258</u>	<u>-</u>	<u>(1.156)</u>	<u>6.102</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Debêntures	1.166	1.170	1.171	1.174	1.178	243	6.102
Total	<u>1.166</u>	<u>1.170</u>	<u>1.171</u>	<u>1.174</u>	<u>1.178</u>	<u>243</u>	<u>6.102</u>

13 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS	23	23
ISS	337	267
INSS	52	159
PIS e COFINS	424	26
IRRF	<u>3</u>	<u>16</u>
	<u>839</u>	<u>491</u>

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 98.258.475 (98.258.475 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial, líquidos do imposto de renda e da contribuição social. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas.

Em 2022 e 2021 não houve proposta de dividendos, pois a Sociedade apurou prejuízo nos exercícios.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

15 Receita líquida de serviços prestados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta de prestação de serviços:		
Prestação de serviços e outros	62.909	-
	<u>62.909</u>	<u>-</u>
Impostos sobre prestação de serviços	(8.880)	-
Receita líquida	<u>54.029</u>	<u>-</u>

16 Resultado por natureza

A Sociedade apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>2</u>	<u>1</u>
Materiais de uso e consumo	(12.411)	(1.618)
Amortização de direito de uso	(7.561)	(589)
Depreciação e amortização	(13.550)	(1.157)
Gastos com pessoal	(4.413)	(139)
Serviços de terceiros	(1.755)	(678)
Impostos e taxas	(161)	(127)
Seguro garantia	(73)	(26)
Outras despesas	(213)	(81)
Total	<u>(40.137)</u>	<u>(4.415)</u>
Classificado como:		
Custos dos serviços prestados	(37.071)	-
Com vendas e comerciais	(29)	-
Despesas gerais e administrativas	(3.349)	(4.381)
Outros despesas operacionais	312	(34)
Total	<u>(40.137)</u>	<u>(4.415)</u>

17 Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	9.087	6.021
	<u>9.087</u>	<u>6.021</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e resultado com instrumentos derivativos	(54.186)	(28.813)
Juros sobre arrendamentos	(6.696)	(7.528)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(554)	(819)
	<u>(61.436)</u>	<u>(37.160)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(52.349)</u>	<u>(31.139)</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

18 Riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço de *commodities* taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”) da Ultrapar (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e commodities), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao Conselho de Administração da Sociedade.

A Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política.

b. Risco de juros

A Sociedade adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos de debêntures, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

b.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
DI			
Equivalentes de caixa	4	192	982
Aplicações financeiras	4	26.848	13.225
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção de taxa de juros		(375.176)	(368.369)
Posição líquida ativa total exposto a juros pós fixados		<u>(348.136)</u>	<u>(354.162)</u>

b.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes, em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

<u>Exposição a juros flutuantes</u>	Risco	Cenário Base
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI (i)	1.124
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção de taxa de juros		(7.874)
Despesa incremental		<u>(6.750)</u>

⁽ⁱ⁾ Taxa base utilizada foi de 12,39% e taxa sensibilizada de 13,41%

c. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos) e aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4).

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

c.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da potencial incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade por insolvência. A Sociedade executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades e aplicações financeiras são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

c.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

	Valor Justo	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Rating de crédito da contraparte</u>		
AAA	66.711	114.258
AA	8.080	-
Total	74.791	114.258

d. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações. A Sociedade acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade possui capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais.

O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 15.691 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 12.a). Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía R\$ 74.791 em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamento a pagar em 31 de dezembro de 2022 da Sociedade, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros e arrendamentos a pagar	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Debêntures e juros estimados (1) (2)	478.188	15.691	34.687	39.277	388.533
Instrumentos de proteção (3)	151.009	36.023	58.136	56.850	-
Fornecedores	4.207	4.207	-	-	-
Arrendamentos a pagar	123.201	32.794	66.747	2.138	21.522

(1) Os juros sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022.

(2) Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamentos previstas contratualmente.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios visando a maximização do retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital.

A estrutura de capital é composta pela dívida líquida e pelo patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

acordo com a Política, a Sociedade pode utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade utiliza a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza o saldo bruto da posição dos instrumentos de proteção contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetam o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹	Valor justo ²		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio Líquido
Swap de Juros	Dívida	IPCA + 4,04%	111,4% CDI	set-28	360.000	-	(19.697)	(25.222)	-
						-	(19.697)	(25.222)	-

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹	Valor justo ²		Ganhos (perdas) em 31/12/2021	
		Ativo	Passivo			Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio Líquido
Swap de Juros	Dívida	IPCA + 4,04%	111,4% CDI	set-28	360.000	-	(17.658)	(12.410)	-
						-	(17.658)	(12.410)	-

¹ Moeda conforme inficado.

² Valores líquidos de imposto de renda.

h. Contabilidade de hedge – Hedge de valor justo

A Sociedade designa como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	31/12/2022	31/12/2021
Valor nocial – R\$	360.000	360.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(25.222)	(12.410)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	10.472	24.070
Resultado financeiro da dívida – R\$	(38.145)	(43.255)
Custo médio efetivo - % do DI	111,4%	111,4%

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

i. Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros e a hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos financeiros estão demonstrados a seguir:

	Nota Explicativa	Valor contábil			Valor Justo	
		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Mens. pelo custo amortizado	Nível 1	Nível 2
31 de dezembro de 2022						
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	192	192	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.a	-	-	26.848	26.848	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	4.b	47.751	-	-	-	47.751
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	1.824	1.810	-
Total		<u>47.751</u>	<u>-</u>	<u>28.864</u>	<u>28.850</u>	<u>47.751</u>
Passivos financeiros:						
Debêntures	12.a	376.238	-	-	-	376.238
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	12.a	19.697	-	-	-	19.697
Fornecedores	11	-	-	4.207	4.207	-
Total		<u>395.935</u>	<u>-</u>	<u>4.207</u>	<u>4.207</u>	<u>395.935</u>

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

31 de dezembro de 2021	Nota Explicativa	Valor contábil			Valor Justo	
		Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	Mens. pelo custo amortizado	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	982	982	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.a	-	-	13.225	13.225	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	4.b	100.051	-	-	-	100.051
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	129	129	-
Total		<u>100.051</u>	<u>-</u>	<u>14.336</u>	<u>14.336</u>	<u>100.051</u>
Passivos financeiros:						
Debêntures						
Debêntures	12.a	363.526	-	-	-	363.526
Arrendamentos a pagar	9.b	-	-	115.048	115.048	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	12.a	17.658	-	-	-	17.658
Fornecedores	11	-	-	5.402	5.402	-
Total		<u>381.184</u>	<u>-</u>	<u>120.450</u>	<u>120.450</u>	<u>381.184</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade pode utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b) e (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 12). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; e
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);